

Escravos e africanos livres na Fábrica de Ferro Ipanema em Sorocaba (SP) – Século XIX*

MÁRIO DANIELI NETO**

A trajetória histórica da Fábrica de Ferro São João de Ipanema tem recebido atenção dos historiadores e pesquisadores de outras áreas do conhecimento por suas peculiaridades históricas e pela sua longevidade como empresa mantida pelo governo durante o final do período colonial e por todo o império, chegando ainda aos primeiros anos da república. Entretanto, alguns aspectos dessa história merecem ser retomados e analisados com maior atenção devido aos problemas que trazem para a pesquisa histórica. A proposta desse trabalho concentra-se na questão da mão-de-obra utilizada na fábrica, em especial, o contingente de trabalhadores escravizados e os chamados “africanos livres”. Por isso, passarei apenas brevemente sobre a história da Fábrica Ipanema, sem aprofundar os aspectos acerca do seu funcionamento e as vicissitudes pelas quais a companhia passou em sua longa trajetória. Na medida do possível, serão indicados trabalhos mais detalhados sobre a história do empreendimento.

As características históricas fundamentais que marcaram o desenvolvimento, os avanços e recuos da Fábrica Ipanema foram estudadas por alguns pesquisadores, porém muitas vezes, com enfoques diferentes entre si. Para uma primeira abordagem dessa problemática em torno da história de um empreendimento fabril no Brasil colonial, encontram-se boas informações no relato elaborado por Vergueiro e publicado em Lisboa em 1822. (Vergueiro, 1979). Embora de modo condensado e detendo sua análise em 1821, a obra de Vergueiro traz importantes informações sobre as origens de Ipanema, suas dificuldades iniciais, o estabelecimento das primeiras construções visando a produção de ferro. Vergueiro concentra sua atenção nos aspectos administrativos, perpassando as várias administrações que estiveram à frente da fábrica para mostrar as deficiências e as melhorias que foram implementadas no

* O autor agradece o apoio financeiro concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para passagens e hospedagem durante o Simpósio da Anpuh 2011.

* Professor do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutor em Economia Aplicada na área de História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em História Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP).

empreendimento ao longo de sua evolução. Trata-se praticamente de uma fonte impressa, mas cujo conteúdo é muito relevante para uma discussão histórica sobre o tema.

A história de Ipanema aparece ainda em vários outros autores, porém de forma breve ou apenas como complemento acerca de outros problemas. É o caso, por exemplo, de Bellotto (Bellotto, 1979) e Maxwell (Maxwell, 2001). Porém, há bons estudos, detalhados e com importantes fontes primárias sobre a Fábrica, que mostram significativos avanços na historiografia sobre o assunto e trazem à luz novas interpretações sobre a trajetória da companhia. Exemplo dessa renovação historiográfica pode ser encontrado no trabalho de Nilton Pereira dos Santos (Santos, 2008) que traça uma análise sobre as características históricas do empreendimento no período compreendido entre 1860 a 1889, defendendo a idéia de que a Fábrica era parte de estratégia do governo imperial para “modernizar” o país. Também trabalhei a história da Fábrica em minha tese de doutorado, porém de forma diferente da proposta por Santos, descrevendo a trajetória da fábrica desde seus primórdios (Danieli Neto, 2006).

Os aspectos econômicos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema foram abordados em um interessante artigo de autoria de Elisa Müller e Geraldo Beauclair de Oliveira e que enfatizam as dificuldades orçamentárias e os problemas relativos à produção de ferro propriamente ditos. (Müller & Oliveira, 1990).

Não obstante os problemas enfrentados por Ipanema ao longo de sua trajetória, vale a pena destacar as relações estabelecidas entre as diferentes administrações da fábrica e a mão-de-obra, especialmente a parte composta por escravos e africanos livres. Em 1836, havia informações bastante interessantes sobre o estabelecimento compiladas pelo Marechal Daniel Pedro Müller e publicadas pela primeira vez em 1838 (Müller, 1923).

Sobre a mão-de-obra, por essa época possivelmente era composta por escravos em sua maioria. Segundo Müller, dentro da área ocupada pela fábrica havia 8 fogos (nome dado às unidades de produção familiar) abrigando 33 pessoas livres e oito escravos (que possivelmente trabalhavam nessas unidades). Havia ainda 141 escravos que se dividiam em 93 homens e 48 mulheres. Dos escravos qualificados profissionalmente encontravam-se um mestre e dois oficiais de fundição; três mestres e cinco oficiais refinadores; três encarregados dos altos fornos; quatro moldadores; dois

ferreiros; um pedreiro, sete carpinteiros; três mestres e oito oficiais carvoeiros; três carreiros; três tropeiros; um sapateiro; vinte e quatro tiradores de carvão e dezoito lavradores. Constavam ainda trinta e dois africanos homens e dezoito africanas.(Müller, 1923).

Percebe-se pelo relato acima a presença de cativos com diferentes níveis de qualificação profissional, alguns com funções técnicas complexas e mesmo de direção de algumas atividades, corroborando os estudos que mostram que o emprego da mão-de-obra escrava em atividades industriais era recorrente.

Quanto ao contingente de escravos empregados nas atividades da fábrica, os dados estatísticos são esparsos e imprecisos. Em uma “Notícia” de 1871 (Corrêa, Mariano C. S., 1871), o diretor da fábrica realiza um grande esforço de mostrar o número de escravos presentes no estabelecimentos em diversos anos. Embora seu esforço tenha sido deveras meritório (pois se trata de uma das poucas fontes disponíveis sobre o assunto), o resultado fica aquém do esperado, com poucos detalhes e algumas falhas significativas. Entretanto, vale a pena conferir um pouco do movimento da mão-de-obra escrava em Ipanema, conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1
Escravos na fábrica Ipanema

	Homens	Mulheres	Total	Homens (%)	Mulheres (%)
1845	73	80	153	47,7	52,3
1855	69	80	149	46,3	53,7
1856	75	82	157	47,8	52,2
1857	77	85	162	47,5	52,5
1859	34	35	69	49,3	50,7
1860	34	35	69	49,3	50,7
1867	49	26	75	65,3	34,7
1870	46	21	67	68,7	31,3

Fonte: "Notícia sobre a criação da fábrica de ferro..."

De acordo com os dados reproduzidos na tabela extrai-se algumas considerações importantes. Primeiramente, vê-se que em 1845 a presença de mulheres é maior que de homens, situação que permanece dez anos depois e continua entre 1856 e 1857. Entre 1859 e 1860 há uma queda na participação de mulheres no total de escravos, mas ainda assim, estas representavam mais de 50% do contingente. Somente nos anos 1867 e 1870 o número de homens supera largamente o de mulheres. Em segundo lugar observa-se que entre 1857 e 1859 houve queda significativa no total de escravos trabalhando na fábrica. Salvo erro nas informações tal tendência de queda pode ter diversas explicações. Em primeiro lugar, de acordo com as “Notícias” de 1871, muitos escravos

pertencentes à fábrica ou de propriedade do governo imperial foram entregues a particulares entre 1855 e 1864, sem que se tenha notícia de que foram reincorporados aos quadros da fábrica, não obstante, vários ofícios expedidos pelo governo imperial para que escravos cedidos aos fazendeiros próximos da fábrica fossem novamente integrados ao serviço do estabelecimento (Corrêa, Mariano C.S., 1871, p.14). Outra possível explicação estaria na conjuntura histórica da época, que sentia os efeitos da abolição do tráfico atlântico para o Brasil (1850) e pelo avanço da cafeicultura pelo interior da província de São Paulo, demandando mais braços para o trabalho na lavoura. De qualquer maneira, a diminuição no contingente de trabalhadores escravos em Ipanema levou seu administrador a exclamar em 1871 “vê-se, porque é sensível, o decréscimo do número de escravos naquele estabelecimento, que tanto carecia de braços como o repetiam seus diferentes diretores”(Corrêa, Mariano C.S., 1871, p.16).

Ainda em relação à mão-de-obra escrava da fábrica, antes mesmo da visita do marechal Müller, foi implementado um regulamento provisório para administração e funcionamento do estabelecimento. Assim, em seu artigo primeiro, o regulamento estipulava as seguintes diretrizes: *“Da administração da fábrica e sua organização. Art. 1º: A Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema terá a organização e empregados seguintes: um diretor, um vice-diretor, um almoxarife, um escrivão, um escriturário, um cirurgião, um capelão, um pedagogo, um apontador e o número de guardas e de feitores, que forem indispensáveis assim a boa arrecadação, como a administração da Fazenda e sua escravatura”* (Regulamento, 1834).

Ao diretor e vice-diretor cabiam as funções de administração direta do estabelecimento e a responsabilidade de responder e dar pareceres para o governo imperial sobre o funcionamento da fábrica e suas necessidades. Das demais funções descritas no regulamento, chama a atenção a presença de um pedagogo, cuja atividade principal era ensinar primeiras letras às crianças (filhos de operários da fábrica) e instruí-los nas lides do trabalho metalúrgico e em outras funções para as quais tivessem “notada inclinação” (Regulamento, 1834). Ao apontador caberia a função de anotar os horários de chegada e saída dos operários, quantos haviam comparecido ao serviço e quantos estavam ausentes, fazendo um controle diário. Quanto aos escravos, fica muito claro que a presença deles era notável, pois a necessidade de guardas e feitores indica a preocupação com a vigilância e disciplina dessa mão-de-obra. Aliás, o regulamento

estipulava sobre as atividades dos feitores os seguintes procedimentos: “Art. 38.: A escravatura e os gados ficarão sujeitos e a cargo de um ou mais feitores em tudo subordinados ao vice-diretor, a quem recorrerá para providências sobre o sustento, vestuário e curativo deles” (Regulamento, 1834). Dessa forma, juntamente com “os gados” os escravos deveriam receber certos cuidados, aos quais os feitores deveriam estar atentos.

Na realidade, o cotidiano de trabalho na Fábrica era bastante pesado. Os documentos pesquisados revelam a preocupação com a vigilância dos trabalhadores, como se percebe pelo Regulamento acima exposto. Além disso, a presença de feitores era uma necessidade para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Não obstante todas as preocupações com o controle de disciplina dessa mão-de-obra, em especial, dos escravos, sempre ocorriam conflitos, visto que os movimentos de resistência por parte dos escravizados também eram constantes. Reclamavam muitas vezes os cativos do tratamento inadequado no que se refere as vestimentas, cobertas na época de frio e falta de alimentação. Tais assertivas podem ser comprovadas pelo estudo elaborado por Afonso Bandeira Florence acerca da resistência e luta dos escravos da Fábrica São João de Ipanema. (Florence, 1996)

Os africanos livres também foram parte importante do contingente de mão-de-obra na Fábrica Ipanema. Para compreender melhor a presença desse grupo de trabalhadores dentro do Estabelecimento, cumpre primeiramente, compreender o que significava ser africano livre no Brasil do século XIX. Afinal, qual era de fato, a situação desses africanos e o que o governo imperial e as leis brasileiras entendiam ser africanos livres?

A definição de africano livre no século XIX foi estabelecida a partir da Lei de 7 de novembro de 1831, que estabeleceu que todos os escravos introduzidos no Brasil ou em seus portos, quando originários de fora do país, ficariam livres (Bandeccchi, 1980, p.43). Na realidade, essa lei não chegou a ser cumprida em suas disposições mais importantes, como aconteceu com a maior parte da legislação antiescravista do período. Porém, abriu precedentes importantes para que houvesse uma intensa confusão quanto ao estatuto jurídico dos africanos que entraram no Brasil após sua promulgação. A indefinição sobre o que fazer com os africanos ilegalmente introduzidos no país permitiu toda a sorte de abusos praticados contra esses indivíduos. Pelos artigos da lei

em questão, ao serem apanhados por traficantes que agiam clandestinamente, tais africanos deveriam ser libertados.

Mas como fazer isso, já que muitas vezes, essas pessoas encontravam-se fragilizadas, em péssimas condições de saúde e sem recursos para retornarem aos seus locais de origem? A solução encontrada foi que, ao serem apreendidos, os africanos nessas condições deveriam ficar aos cuidados do governo brasileiro, sendo tratados mas prestando serviços nas companhias pertencentes ao Estado ou sob os cuidados de arrematantes particulares e idôneos, aos quais deveriam servir por 14 anos e depois seriam libertados. Como era de se esperar, tal expediente nunca acontecia e os africanos, embora livres, permaneciam trabalhando sob regime de escravidão por toda a vida ou por prazos muito maiores do que o estabelecido por lei. O emprego desses africanos em companhias pertencentes ao governo imperial foi então uma prática comum. Neste sentido, foram incorporados como trabalhadores em instituições como a Fábrica de Pólvora da Estrela, os Arsenais da Marinha, no Rio de Janeiro, ou a Fábrica de Ferro São João de Ipanema em São Paulo (Rodrigues, 1998; Moreira, 2005).

No caso da Fábrica Ipanema, os primeiros africanos livres chegaram ali em 1834. Já em 1837, o Estabelecimento contava com 48 africanos livres, sendo trinta homens e dezoito mulheres. Em 1841, o contingente de escravos havia diminuído, porém, houve um significativo incremento de trabalhadores de outras categorias, como os africanos livres (104), degredados (42) e mais operários livres, totalizando 312 indivíduos no total (Rodrigues, 1998, p.35). Por volta de 1846, Ipanema mantinha em seu quadro de trabalhadores 240 africanos livres, sendo 196 homens, 23 mulheres e 21 crianças, além de 166 escravos, dos quais 71 eram homens, 59 mulheres e 36 crianças, o que totaliza 406 “pretos de todas as condições” que serviam aquele Estabelecimento (Rodrigues, 1998, p.38). Porém, em 1860, os números disponíveis mostram uma nítida queda no número de escravos e africanos livres no Estabelecimento, causado pelo encerramento das atividades da fábrica naquele ano e a dispersão dos operários de Ipanema que ficaram sob domínio de terceiros. A Tabela 2 compara os dados de 1846 e 1860 quanto ao contingente de trabalhadores da fábrica.

Tabela 2
Escravos e Africanos livres na Fábrica Ipanema

	1846*		1860**	
	Escravos	Africanos livres	Escravos	Africanos livres
Homens	71	196	26	9
Mulheres	59	23	30	4
Crianças	36	21	11	0
Total	166	240	67	13

Fontes: * Rodrigues, Jaime. Ferro, trabalho e conflito... P.38.

** AESP, Fábrica de Ferro, CO 5216, cx.4, 1849-1870.

De acordo com a Tabela 2 portanto, se em 1846 os africanos livres representavam 59% da força de trabalho da fábrica (com exceção dos trabalhadores livres não incluídos na Tabela), em 1860, esse percentual era de 16,2%. Entretanto, na comparação dos dois anos houve redução de quase 95% no contingente de escravos e africanos livres da Fábrica, mostrando que a década de 1860 foi de fato, um período de decadência nas atividades produtivas de Ipanema.

É difícil estimar o número de escravos que compunham a força de trabalho da fábrica no século XIX, embora como foi visto, o relato do marechal Müller indique algumas cifras. Entretanto para o exercício de 1849-1850, a direção da fábrica apresentou ao presidente da província de São Paulo as estimativas de orçamento do período, com as quais pode-se fazer algumas considerações importantes. O pessoal administrativo ocupava 29% do orçamento para aquele exercício, enquanto os trabalhadores nas atividades de produção de metal tinha participação de 32% (inclui-se nessa categoria mestres, operários, feitores e aprendizes, ou seja, muito provavelmente, trabalhadores assalariados). As despesas com escravos, incluindo cuidados de saúde, perfaziam 24% dos gastos da fábrica. Chama a atenção o fato dos africanos “livres” encontrarem-se relacionados no mesmo rol de despesas dos escravos.

Nota-se também que os gastos com pagamentos de trabalhadores livres, nas funções mais qualificadas (mestres, operários e aprendizes) era maior que aquela efetuada exclusivamente para manutenção dos escravos. Porém, vale lembrar que segundo o relato do marechal Pedro Müller havia entre os mestres e oficiais da fábrica alguns escravos. A questão é: receberiam eles salário, ou foram excluídos da categoria? Possivelmente, tais escravos eram de propriedade da fábrica, pois o documento não

menciona qualquer despesa com aluguel de mão-de-obra, limitando-se aos custos de curativos, sustento e vestuário tanto dos escravos como dos africanos livres.

Em que constava, então, as despesas com os escravos e africanos livres? Outro documento, um ofício do diretor da fábrica, Ricardo José Gomes Jardim endereçado ao presidente da província de São Paulo e datado de 5 de janeiro de 1849, revela um pouco do cotidiano de trabalho entre os cativos e negros livres da companhia. O referido documento, serve também para verificar o número de escravos que trabalhavam em Ipanema naquele ano. Segue-se ao ofício uma relação dos gastos com alimentação e curativos demandados pelos escravos. O diretor reclama ao presidente da província a regularização, por lei provincial, destas despesas, pois até então, as mesmas eram feitas sem qualquer parâmetro legal e nem mesmo havia critérios para definir as quantidades de rações fornecidas aos trabalhadores escravos e africanos livres. Tal falta de regularização, apontava o diretor, implicava no problema de não se poder determinar com exatidão os gastos que a fábrica tinha com essa mão-de-obra.

Com efeito, o diretor informava que *“A minha chegada a este estabelecimento nada havia regulado por escrito, nem de um modo invariável a semelhante respeito, [alimentação e cuidados dos escravos] faltando assim uma base para orçar-se e fiscalizar-se este considerável ramo da despesa”*. Mesmo sem esses critérios essenciais para o levantamento dos gastos, não se furtava o diretor em informar seus esforços no sentido de conter gastos desnecessários com tais itens, afirmando que *“... julgo ter efetuado toda a economia compatível com o razoável e necessário alimento dos escravos e africanos”* (Ofício do diretor... 1849). Assim, a elaboração da tabela de gastos com a alimentação diária dos escravos e africanos livres, revela informações importantes para uma visão geral da rotina destes indivíduos na fábrica.

A alimentação básica dos escravos e africanos livres era composta dos seguintes itens e respectivas quantidades: “Feijão: 4/13 do décimo para cada um, ou 4 décimos para 13 indivíduos. Toucinho 1/14 de libra para cada um, ou 1 alqueire para 14. Fubá de milho, 6/7 do décimo para cada um ou 6 décimos para 7. Sal 1 décimo para 47 a 48 indivíduos por dia, ou 1 alqueire por semana para 270”(Tabela dos gêneros..., 1848).

Por meio destas informações, pode-se inferir que o número de escravos e africanos livres que trabalhavam em Ipanema era bastante considerável nesta época, principalmente se comparado com os plantéis de algumas fazendas paulistas no mesmo

período. Tendo ainda como base as considerações do marechal Müller, de 141 escravos em 1835, o número de 270 em 1849 parece ser plausível. O documento em questão foi elaborado pelo almoxarife da fábrica, Sr. Francisco Cândido e traz também outras informações sobre a alimentação dos trabalhadores cativos e africanos naquela época.

Relata o funcionário que *“Nos domingos e quartas-feiras de cada semana, por via de regra, o jantar é de carne fresca, regulando-se a uma libra para cada indivíduo (...) Para os doentes no hospital e alguns escravos mais velhos a ração de fubá é substituída por farinha de milho a razão de 2 décimos para cada”*(Tabela dos gêneros..., 1848). No entanto, escreve o almoxarife, acontecia algumas vezes de não haver fubá, devido ao trabalho no moinho não ser executado, sem revelar os motivos de tal interrupção. Possivelmente, devia-se a concentração dos escravos e africanos em outras atividades na fábrica. Nesses casos, dava-se aos trabalhadores uma porção de milho correspondente à ração consumida para que eles próprios se encarregassem de fazer farinha ou canjica. Em algumas ocasiões e para os doentes no hospital a ração de feijão era substituída pelo arroz na razão de um décimo quando pilado e dois décimos caso estivesse com casca. Outras vezes, devido a falta de feijão ou arroz, serviam-se os escravos de angu de fubá no almoço e carne fresca no jantar, diferenciando-se, no entanto, as quantidades fornecidas para os escravos que trabalhavam “no matto”, que recebiam $\frac{1}{2}$ alqueire, daqueles que trabalhavam dentro da fábrica, cuja ração era de 1 inteiro (possivelmente de angu) e $\frac{1}{4}$ (de carne fresca). Nestes casos, os escravos e africanos livres ainda eram servidos de uma porção de canjica para a ceia. Aqueles indivíduos que porventura estivessem hospitalizados mas não em dieta recebiam as mesmas quantidades de quando estavam em serviço (Tabela dos gêneros..., 1848).

O que chama a atenção na maioria dos documentos pesquisados é o arrolamento dos africanos livres ao lado dos escravos como mão-de-obra da fábrica. Alguns africanos, no entanto, estavam na companhia há bastante tempo, portanto, habituados à rotina de trabalho. Porém, outros africanos que foram incorporados aos quadros posteriormente, muito provável por via do tráfico interno, eram motivo de preocupação do diretor, pois segundo seu ponto de vista, os mesmos africanos comportavam-se mal e faziam muitas reivindicações. É o que se lê em um ofício datado de 21 de março de 1849, no qual o diretor da fábrica reclama ao presidente da província providências para que esses indivíduos não prejudiquem os trabalhos da fábrica, pois eram quase todos

“marinheiros, exigentes e mal acostumados”, com o agravante de terem vindo da Bahia, local em que os escravos tinham má reputação devido ao Levante dos Malês em 1835 (Ofício, 1849).

Além disso, o diretor apontava o perigo que tais africanos representavam, pois eram influentes sobre os demais. O temor do responsável pela fábrica refere-se, embora não explicitamente, a possíveis revoltas entre os africanos que já trabalhavam no estabelecimento capitaneados pelos novos elementos que foram incorporados ao serviço. Mas os cuidados do diretor diziam respeito também a outro fato ocorrido pouco antes. No caso, um grupo de africanos havia partido para Sorocaba e interpelado o juiz municipal sobre a situação de trabalho em que estavam, inclusive com um requerimento escrito por um dos “perigosos” africanos no qual reivindicavam mudanças nas formas de trabalho e o cumprimento da promessa feita (segundo eles) de se concederem terras para plantarem suas roças. (Ofício, 1849).

Em 30 de junho de 1860, o engenheiro Rodolfo Wachneltdt, foi encarregado pela operação de transferência de parte da mão-de-obra de Ipanema para Mato Grosso, no contexto de conflitos fronteiriços entre Brasil e Paraguai. Para cumprir suas obrigações, entre várias solicitações, o engenheiro remeteu uma lista de escravos e africanos livres, escolhidos por ele, conforme a qualificação profissional e utilidade que pudessem ter nos novos estabelecimentos militares que deveriam ser instalados na área de conflito. Constava da primeira lista, datada de 14 de março de 1860, dez escravos sendo seis de serviço de roça, um moldador e ferreiro, um serralheiro, um carpinteiro e um moldador e refinador. Entre os 4 africanos livres relacionados havia um de serviço de roça, um fundidor, um carpinteiro e um ferreiro. Entre as mulheres casadas com escravos e africanos livres contava-se nesta lista uma servente, uma cozinheira e uma parteira, além de três de serviço de roça (Relação dos escravos e africanos livres..., 1860).

Na segunda lista elaborada por Wachneltdt e enviada à presidência da província em 23 de junho de 1860 constavam nove escravos do sexo masculino, cujas funções eram: marceneiro, carpinteiro, servente, ferreiro, serralheiro, fundidor e refinador. Havia ainda um escravo de serviço de roça. Deste grupo de cativos quatro eram solteiros. Os demais casados deveriam ser acompanhados pelas respectivas esposas e filhos (quando os tivessem). Entre as mulheres, as atividades desempenhadas eram: serviço de roça (duas), lavadeira, parteira, servente, cozinheira e costureira. Quanto aos africanos livres,

em número de três nessa lista, exerciam as funções de fundidor, carpinteiro e pedreiro. Um era solteiro, um casado com uma escrava e outro com uma africana supostamente livre, embora essa condição não esteja explícita no documento.

Uma terceira lista (ou talvez continuação da segunda), relacionava 16 escravos, cujas profissões eram serviço de roça (6), torneiro (1), tropeiro (1), pedreiro (1), fundidor (1), carpinteiro (4), ferreiro (1) e ajudante de ferreiro (1). Entre os africanos livres, em número de 8 nesta lista observa-se a presença de dois “marinas” (marinheiros), dois ferreiros, quatro de roça. As mulheres casadas com escravos e aquelas casadas com africanos livres, em número de quatro no total exerciam atividades de serviço de roça (2), cozinheira e costureira.

Entretanto, as listas remetidas por Rodolfo Wachenldt ao presidente da província tinham sido motivo de problemas entre o engenheiro e os encarregados de executarem as ordens e selecionar os operários constantes da relação nos meses anteriores.

Não obstante o empenho do engenheiro em fornecer todos os detalhes da operação, reclamava no mesmo ofício que o diretor da fábrica havia mandado apenas parte do contingente de escravos e africanos livres solicitados e ainda enviara pessoal que Wachneltd não escolhera. Em particular, reclamava o engenheiro que os indivíduos qualificados para os trabalhos de montagem e operação na fabricação de ferro e pólvora foram retirados e trocados por outros de pouca ou nenhuma utilidade para tais funções.

Agravava ainda mais a situação o fato de que os pedidos de Wachneltd para que os escravos e africanos livres fossem enviados juntamente com suas famílias não foram atendidos, “separou-se famílias, e remeteu-se gente que não preencherão o fim para que estão destinados”. Diante de tal quadro o engenheiro solicita do governo provincial as necessárias providências “para que seja cumprida a ordem do Governo Imperial, e entregue em Ipanema e remetido para este o pessoal que falta e que foi trocado (...) a fim de poder seguir para Mato Grosso no navio cuja entrada se espera”(Relação dos escravos e africanos livres..., 1860).

Os motivos que levaram o diretor da fábrica a trocar os trabalhadores escolhidos pelo engenheiro não ficam evidentes. Possivelmente, o administrador temia que cedendo os escravos e africanos livres mais qualificados, a companhia ficaria desfalcada por tempo indeterminado de trabalhadores importantes em funções especializadas.

Quanto a situação dos escravos e africanos livres, propriamente dita, a excursão de Ipanema até chegar a Santos e daí serem embarcados para os novos estabelecimentos em Mato Grosso, deve ter sido bastante difícil. Não apenas pela viagem longa, mas também pela falta de cuidados com que foram postos em marcha. O major José Constantino, incumbido pelo engenheiro Wachnelde de conduzi-los relata que os escravos e africanos livres encontravam-se em Sorocaba em situação de extrema penúria, sem alimentos e sem vestimenta adequada.(Relação dos escravos e africanos livres..., 1860).

Não foi possível, em seguida, acompanhar o destino final desse grupo de escravos e africanos livres bem como de suas famílias ao chegarem ao final da viagem em Mato Grosso, nem como e se de fato estabeleceram-se nas novas fábricas de pólvora e ferro naquela região. Tais questões demandam mais pesquisas em fontes primárias.

Por ora, cumpre ainda lembrar que, mesmo depois da guerra do Paraguai, a situação envolvendo a fábrica quanto a mão-de-obra continuava conflituosa. Exemplo disso é que em 1873 o diretor de Ipanema, a época o Major Joaquim de Souza Mursas, enviou correspondência ao então presidente da província de São Paulo Dr. João Theodoro Xavier, expondo os motivos pelos quais posicionava-se contra os requerimentos de várias pessoas que desejavam contratar os serviços do africano livre Damásio Guaratinguetá, de sua mulher Ana, suas filhas Juliana e Marcolina e seu filho Henrique, para trabalharem em estabelecimentos agrícolas da região, com base na lei de locação de serviços em vigor desde 28 de setembro de 1871.

O diretor é contrário a tal procedimento por julgar que os “protetores” de Damásio e sua família desejava unicamente transferi-los para outras pessoas que os submeteriam ao cativo indevidamente. Diz o diretor que *“V. Exa. conhece, melhor do que eu, que a legislação em vigor sobre locação de serviços é toda em desfavor do operário, os quais por pobreza, e fraqueza, poucas vezes acham advogados, que os defendam. Poderia citar – segue o diretor – exemplos de operários brancos reduzidos a condições que pouco diferem do verdadeiro cativo”*(Correspondência, 1873).

O diretor ainda suspeita do interesse dos requerentes por Damásio, um africano livre, “velho e fraco” e sua mulher doente, com três filhos de 10, 4 e 2 anos, levantando a hipótese de que o interesse seja na realidade, em levar a família de Damásio e duas enteadas desse, que viviam na fábrica e eram casadas com dois operários empregados

no estabelecimento naval de Itapura. O diretor ressalta ainda que Damásio aceitaria o contrato iludido e prejudicaria toda a sua família, submetendo-se a uma situação incerta quanto ao trabalho.

Mostra ainda o diretor as vantagens que as crianças de Damásio e outras recebiam na fábrica: Juliana e Marcolina recebiam 600 réis por dia. Ana era doente e trabalhava pouco, recebendo também por dia 600 réis. Damásio quando trabalhava por jornal ganhava 1\$500 réis diários e por empreitada recebia 225 stera (?) de lenha. Por esses motivos e, por temer que novos contratos fossem firmados a revelia dos africanos libertos empregados na fábrica, o diretor é veemente na condenação de tal prática. Afirmava então que *“V. Exa. pode ter certeza que nenhum liberto da Nação ficará nesta fábrica, pois não faltará quem lhes venham fazer os mesmos oferecimentos e abusar de sua ignorância”*(Correspondência, 1873).

Deste modo, percebe-se o interesse de indivíduos em recrutar, por meio de um artifício legal, africanos livres para servirem como mão-de-obra em lavouras nas localidades próximas a Ipanema. Se forem exatas as reclamações do diretor, estamos diante de um conflito grave para o funcionamento da fábrica e para os próprios trabalhadores que firmavam tais contratos de prestação de serviço. Novamente, será necessário o desenvolvimento de novas pesquisas para confirmar ou refutar tais hipóteses e, mais importante, para demonstrar inclusive o processo de substituição de mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados, já que a fábrica encerrou suas atividades, definitivamente, em 1895.

Fontes (manuscritas e impressas)

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Correspondência do Diretor da Fábrica de Ferro Ipanema ao Presidente da Província de São Paulo, 5 de fevereiro de 1873, Escravos CO5535a (1843-1888).

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO; Relação dos escravos e africanos livres escolhidos em Ipanema, 23 de junho de 1860; CO5535a Escravos (1843-1888).

MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo. S. Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838. Reedição Litteral., Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1923.

NOTÍCIA SOBRE A CREAÇÃO DA FABRICA DE FERRO S. JOÃO DE IPANEMA, sua posição geographica, riquezas naturaes, etc. Escrita por Mariano Carlos de Souza Corrêa. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 13 de fevereiro de

1871. Anexo ao Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871.

OFÍCIO DO DIRETOR DA FÁBRICA S. JOÃO DO IPANEMA ao presidente da província de São Paulo. AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849- 1870).

OFÍCIO DO DIRETOR RICARDO JOSÉ GOMES JARDIM ao Sr. Dr. Vicente Pires da Motta (presidente da Província de São Paulo). AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

REGULAMENTO PROVISÓRIO PARA A ADMINISTRAÇÃO DA FÁBRICA DE FERRO DE S. JOÃO DO IPANEMA na Província de S. Paulo, na conformidade do decreto datado de hoje [26 de maio de 1834]. AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

TABELA DOS GÊNEROS E QUANTIDADES que atualmente compõem as rações diárias para sustento dos escravos e africanos ao serviço desta Fábrica conforme o que foi determinado pelo Sr. Diretor nas Portarias do 1o de julho último e do 1o do corrente mês de dezembro [de 1848]”. AESP, Fábrica de Ferro, caixa 4, ordem CO 5512 (1849- 1870).

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado. Brasília, Senado Federal, 1979.

Referências Bibliográficas

BANDECCHI, Pedro Brasil. Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. In: Coleção Museu Paulista – História, v. 9, edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765-1775. São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979

DANIELI NETO, Mário. Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895. Tese de Doutorado. Instituto de Economia – Unicamp, 2006.

FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência escrava em São Paulo: aluta dos escravos da fábrica de ferro São João de Ipanema (1828-1842). Afro-Ásia, 18; 1996.

MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa: a inconfidência mineira: Brasil e Portugal (1750- 1808). 5a edição, trad. João Maia. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. Liberdade tutelada : os africanos livres e relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c.1831-c.1870). Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP. Campinas, SP : [s.n.], 2005.

MÜLLER, Elisa & OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. de. Reflexões sobre a história da Fábrica de Ferro São João de Ipanema. Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Brasília, DF, dezembro de 1990.

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. História Social: Revista da pós-graduação em História, IFCH-UNICAMP, n. 4/5, 1998.

SANTOS, Nilton Pereira dos. Escravidão e Indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895. Dissertação de Mestrado. FFLCH – USP, 2009.